

O desastre que poderia ter sido evitado

O governo sofreu uma acachapante derrota no Congresso com a rejeição da medida provisória que cobrava contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e aumentava a alíquota de contribuição dos servidores na ativa. Desta vez, não se pode culpar a oposição por uma decisão que obrigará o governo a ir buscar em outras fontes, ainda desconhecidas, cerca de R\$ 4,8 bilhões, dos R\$ 28 bilhões necessários para o ajuste fiscal. Afinal, a medida provisória foi derrubada graças a deputados do PSDB, do PFL, do PMDB e do PPB que votaram contra a medida ou simplesmente não apareceram para votar. Dos 205 votos contrários à aprovação da medida provisória, 101 foram dados por deputados que pertencem aos partidos que apóiam o governo.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem, portanto, motivos para se sentir "profundamente decepcionado" com o resultado da votação. Esse resultado, como já dissemos, priva o governo de recursos equivalentes a cerca de um sétimo de todo o esforço de contenção fiscal. Além disso, contraria as perspectivas otimistas das últimas duas semanas, que foram marcadas pela aprovação, pelo Congresso, da parte substantiva da reforma previdenciária – falta apenas a aprovação da re-

dação final e a promulgação da emenda constitucional – e das medidas provisórias referentes à Previdência, englobando oito que lá estavam há tempos e outras quatro que fazem parte do ajuste fiscal. Por lamentável coincidência, o governo sofreu essa derrota no dia em que o FMI anunciava que seus diretores haviam aprovado os termos do acordo de ajuda ao Brasil.

Cumpre agora ao governo demonstrar ao FMI e ao sistema financeiro internacional que a rejeição da Medida Provisória 1.720 é fato isolado e não significa que o Congresso retirou o apoio que vinha dando ao programa de estabilização fiscal.

O essencial, porém, é não repetir os erros táticos que levaram ao desfecho de quarta-feira. A Medida Provisória 1.720 era impopular entre os parlamentares, pois determinava o aumento das alíquotas de contribuição dos funcionários públicos em atividade e criava contribuição a ser paga pelos aposentados do serviço público. Ao juntar numa única medida provisória as duas matérias, o governo não levou em consideração que, nas quatro vezes anteriores que tentou criar a contri-



buição para os servidores aposentados, teve de recuar ou foi derrotado em plenário. Esquecendo-se desse fato, uniu a sorte de uma proposta ao destino de outra, acabando ambas derrotadas. O governo, agora, avisa que editará medida provisória de igual teor no início da próxima legislatura. Melhor fará se separar os temas, para não correr riscos desnecessários.

O episódio encerra lição que precisa ser aprendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A rejeição da Medida Provisória 1.720 foi um desastre anunciado que não precisaria ter ocorrido. O governo errou, também, ao anunciar, nos dias que precederam a votação da polêmica Medida Provisória 1.720, a intenção de editar outras medidas provisórias, aumentando a contribuição previdenciária dos empregadores rurais, acabando com a isenção de entidades ditas filantrópicas e aumentando os juros de mora para os contribuintes inadimplentes e negadores. São medidas necessárias para que a Previdência venha a atingir o equilíbrio financeiro, mas são medidas antipáticas, por um lado, e impopulares, por outro. Sobretudo, ferem interes-

ses estabelecidos. Daí os poderosos lobbies de ruralistas, de católicos e evangélicos e de diretores e donos de hospitais e escolas terem se reunido aos que defendem os aposentados sem medir consequências para demonstrar sua força ao governo, derrotando a Medida Provisória 1.720. O desastre se consumou quando as lideranças do governo fizeram concessões de última hora, que acabaram não sendo compreendidas pela maior parte dos deputados, e insistiu em uma votação mesmo depois que ficou claro que a bancada governista estava dividida.

**O governo
cometeu erros que
não podem se
repetir na votação
do programa de
ajuste fiscal**

Tudo isso demonstra a fragilidade da liderança do governo no Congresso, incapaz de manter a base parlamentar aglutinada e de avaliar os riscos de uma votação. A votação do ajuste fiscal é assunto importante demais para ser tratado na base do "ou vai ou racha". Até porque, quando racha, o que vem depois é mais imposto, porque o Congresso vota contra a quebra de privilégios, mas nunca vota contra aumento de impostos.